

Florianópolis, Julho de 2019.

A Psicologia em uma Oficina de Redução de Danos: reflexões acerca da luta antirracista e antimanicomial dentro do Centro de Cultura e Convivência para Pessoas em situações de alta vulnerabilidade e exclusão social de Florianópolis/SC.

Maísa Batista de Carvalho - maisabcarvalho@gmail.com
Psicologia – UFSC

1. Apresentação do local e objetivos

Este trabalho foi realizado a partir de observações em uma Oficina de Redução de Danos que acontece no Instituto Arco-Íris, localizado no Centro Histórico de Florianópolis/SC. O Instituto é caracterizado como um Centro de Cultura e Convivência para sujeitos em situações de alta vulnerabilidade e exclusão social, atuando sob a perspectiva dos Direitos Humanos, acolhimento e Redução de Danos.

No que tange os objetivos, este trabalho buscou identificar as possibilidades de atuação do psicólogo nos diversos contextos de trabalho dentro da Instituição, bem como reconhecer a multiplicidade de fatores relacionados a fenômenos psicológicos, integrando o conhecimento da psicologia com outras áreas de conhecimento.

2. Fundamentação teórica.

Após acontecimentos durante a ditadura militar vivenciada no Brasil, onde prisioneiros políticos e pessoas tidas como "indesejadas" - como é o exemplo da

população LGBT, pessoas com deficiências, mulheres que tiveram relações sexuais antes do casamento, mulheres que engravidaram antes do casamento - eram "jogadas" em instituições/manicômios. A partir desse cenário deu-se origem a propostas que visavam uma reforma psiquiátrica/sanitarista no cenário brasileiro.

Em 1990, foi criado no Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) que tem como base os seguintes princípios: a) universalidade, que é a saúde garantida pelo Estado à todas as pessoas, independente de sexo, raça e/ou outras características sociais ou pessoais; b) Equidade, que tem como objetivo diminuir as desigualdades, tratar de maneira diferente àqueles que possuem maiores necessidades investindo onde os sujeitos estiverem marginalizados; e c) Integralidade, que é o princípio que considera as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades. Através deste princípio vê-se a importância de uma atuação intersetorial entre as diferentes áreas que tenham repercussão na saúde e na qualidade de vida dos indivíduos (Ministério da Saúde, 2017), partindo do pressuposto que os sujeitos são produtos de influências biológicas, sociais e psicológicas vê-se na psicologia possibilidades de atuação visando a integralidade dessas pessoas.

Já em julho de 2005, o Ministério da Saúde através da portaria n 1.028 e com viés anti manicomial regulamenta ações destinadas à redução de danos sociais e à saúde decorrentes do uso de álcool e outras drogas (Ministério da Saúde, 2008). Estas ações colocam o sujeito que faz uso de substâncias com o papel ativo no seu processo de uso, baseadas principalmente na melhoria da qualidade de vida destas pessoas. Importante ressaltar que a política de redução de danos tem como objetivo reduzir os riscos associados ao uso/abuso de substâncias sem, necessariamente, intervir na oferta e/ou consumo e que essas ações são pensadas visando o envolvimento não somente do público-alvo, como também da comunidade - lógica antimanicomial que visa a integração dos sujeitos e não a exclusão dos mesmos. Alguns exemplos dessas ações são: desestímulo

ao compartilhamento de instrumentos utilizados para consumo de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, orientação sobre prevenção e conduta em caso de intoxicação aguda (overdose), prevenção das infecções pelo HIV e outras patologias de padrão de transmissão similar, orientação para prática do sexo seguro, divulgação dos serviços públicos e de interesse público nas áreas de assistência social e de saúde e divulgação dos princípios e garantias fundamentais assegurados na Constituição Federal e nas declarações universais de direitos (Ministério da Saúde, 2008). Assim, um estudo publicado por Gomes e Vecchia (2018), apontou que as estratégias de redução de danos colaboram para a melhoria das condições de vida, saúde e sobrevivência destes sujeitos. Ainda, propiciam oportunidades de inclusão social, bem como uma ressignificação da relação que estes sujeitos têm com a (s) sua (s) droga (s) de preferência, através dessa estratégia é possível expandir o “leque” de prazeres desses sujeitos.

Desde os primórdios da sociedade os grupos são formados por sujeitos que possuem algo em comum, seja este lugar de nascimento, lugar onde mora, cor da pele, orientação sexual, gênero, entre outros. Grupo é definido por Zimerman (2000) como um ajuntamento de duas ou mais pessoas interdependentes e em interação, que se juntam visando a obtenção de um determinado objetivo, podendo ser este um grupo terapêutico ou não. Sawaia (2000) aponta que estes encontros são essenciais para o aumento da potência e uma - muitas vezes necessária - emancipação destes sujeitos.

Atualmente, por conta de avanços tecnológicos, situação social/econômica e política mundial evidencia-se a necessidade de uma expansão no saber e na atuação de uma psicologia que consiga abranger e incluir a diversidade dos sujeitos. Alguns dos fatores citados por Nery e Costa (2008) que influenciam nessa diversidade é a “desigualdade social, liberdade sexual, racismo, o tráfico de drogas, intolerância com as diferenças, manutenção do capitalismo desumano e fatos naturais, como catástrofes

ecológicas” (p.242). Sendo assim, ainda que, a psicologia tenha sua origem na psicologia clínica do consultório, atualmente percebe-se a inserção do psicólogo em diversos outros setores.

Figueiredo e Guerra (2016) apontam que mesmo com uma constituição que garante igualdade de direitos e saúde para todos, há no Brasil uma abordagem histórica que envolve um processo denominado como *criminalização da pobreza*, abordagem esta que coloca a população em situação de rua em uma posição estigmatizada, vulnerável e marginalizada.

O conceito de interseccionalidade proposto por Kimberle Crenshaw (1989) explica que dentro das discriminações/vulnerabilidades há diversos recortes e, é uma das diversas teorias que podem ser pensadas para situações vivenciadas pela população em situação de rua. Crenshaw traz como exemplo a relação entre direitos humanos e direitos das mulheres. Por exemplo, se uma mulher é torturada da mesma forma que um homem é um caso de violação dos direitos humanos, entretanto quando essa mesma mulher é estuprada, forçada a casar com alguém contra sua vontade isso já passa a ser uma violação dos direitos das mulheres. Em suma, Crenshaw aponta que a interseccionalidade dentro da violação dos direitos humanos seria a questão de uma pessoa além de ser um preso político, ser uma prisioneira política mulher. Ou além, uma prisioneira política mulher e negra. São apontamentos em defesa de pessoas que são cada vez mais marginalizadas. No caso de pessoas em situação de rua, são sujeitos que já estão marginalizados por conta da criminalização da pobreza - apontada anteriormente - e que ainda podem ser sujeitos negros, mulheres, pessoas TRANS, gays, lésbicas, fatores que os colocam ainda mais em uma vulnerabilidade social.

No que tange questões de racismo, Schucman (2012) conceitua a branquitude como

uma construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca, e que resulta, nas sociedades estruturadas pelo racismo, em uma posição em que os sujeitos identificados como brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos (p.07).

Vê-se como necessária essa conceitualização para fins de entendimento teóricos de como acontece o processo do racismo e porque em situações de vulnerabilidade/exclusão social o branco é visto como aquele que deve ser salvo e o negro é visto como alguém que está no lugar em que deveria estar. Schucman (2012) traz o quanto o negro em cenários de exclusão social está "naturalizado" e de acordo com a autora, naturalizado no mesmo sentido em que uma árvore está localizada em uma floresta, ninguém nunca se pergunta o porquê de a árvore estar lá, o mesmo acontece com o negro em situações de vulnerabilidade.

Ainda, Schucman (2012) aponta em duas das entrevistas que realizou os seguintes relatos que considero pertinente para este trabalho: a) o primeiro é um homem de 22 anos, branco em situação de rua que relata o quanto ele percebe a diferença de tratamento que é dado a ele por ser branco em comparação aos seus colegas negros. Ainda, este relata que recebe questionamentos por parte dos policiais sobre o porquê de ele estar naquela situação, que a rua não é lugar para ele e que já recebeu dinheiro de alguns policiais para se retirar do lugar. Por fim, este relata sobre o quanto a violência policial é racial, em um dos pontos da entrevista este homem relata que em uma "batida" policial em um local onde estavam aproximadamente umas 50 pessoas, todas acordaram com uma arma na cabeça (pessoas negras), menos ele que era branco; b) o segundo relato que considero pertinente para este trabalho, é a entrevista com uma mulher que diz que "parece que

inconscientemente quando eu vejo um menino de rua branco eu sinto muita pena, eu olho para aquela bochecha rosa, aquele olhinho claro e me pergunto, o que é que aconteceu para ele estar ali? Eu sempre acabo dando uma grana. Com o negro parece que eu já me acostumei". A partir destes relatos, estabelece-se como evidente que alguém preto, pobre e em situação de vulnerabilidade/exclusão social é tido como algo normal, enquanto um branco, pobre e na mesma situação é tido como uma tragédia, digno de atenção e visibilidade.

Para fins de formas de conceitualização teórica para intervenções nestes contextos, é considerado importante para este trabalho trazer o conceito de Clínica Ampliada (CA). CA é definida pelo Ministério da Saúde do Brasil (2010) como uma forma de atendimento onde são considerados não só os aspectos da clínica médica – olhar sobre a saúde física do sujeito – mas também aspectos sobre a história e vulnerabilidades deste. O sujeito é visto pelo todo, seus aspectos de saúde física, mental bem como aspectos sociais, históricos e políticos. Além disso, é tida também como parte da Política de Humanização, que tem como objetivo aperfeiçoar a forma de produzir saúde por meio da integração de profissionais da saúde de diversas áreas resultando em um cuidado e tratamento de acordo com cada caso. Outro ponto importante na CA é a criação de vínculo com o sujeito que está sendo atendido pelos profissionais, este de estar passivo a sua própria saúde e possui papel ativo no tratamento (Ministério da Saúde, 2010).

Por fim, é importante apontar que este trabalho trará relatos de participantes do grupo de redução de danos que tangem questões da criminalização da pobreza e racismo sendo de extrema importância as conceitualizações acerca desses temas - o qual foi feito anteriormente. Sendo assim, foi ressaltado também a importância de movimentos sociais que visam a inclusão de todos os sujeitos na sociedade, bem como as políticas de



humanização e tratamento dos sujeitos como um todo levando em consideração todas as suas influências e os meios que estão inseridos.

3. Método.

3.1. Local das observações.

Localizado no Centro Histórico de Florianópolis/SC, o campo em questão efetua palestras, oficinas de dinâmica grupal (intervenção em grupos), apresentações de teatro/música/poesia e debates sobre a promoção à saúde e prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST/HIV/AIDS). Além, participa dos Conselhos de Saúde de Florianópolis, Conselho de Direitos da População LGBT, Conselho da Comunidade Carcerária de Execução Penal de Florianópolis, Comitê da População em Situação de Rua, entre outros.

Ainda, o Instituto funciona através de um olhar clínico ampliado, antimanicomial e contra uma psicologia rotulante. O campo, que recebe pessoas encaminhadas pelos CAPS e outros centros da região de Florianópolis, atua buscando a humanização e centralidade no sujeito, com o objetivo da diminuição das relações de poder a qual estes sujeitos foram colocados e por elas excluídos da sociedade.

3.2. Público alvo.

O Instituto Arco-Íris desde sua fundação em fevereiro de 1997 tem como objetivo trabalhar com populações em situações de alta vulnerabilidade e exclusão social – especialmente pessoas em situação de rua e/ou usuárias dos CAPSs. O Instituto é caracterizado como um Centro de Cultura e Convivência para estes sujeitos, atuando sob a perspectiva dos Direitos Humanos, acolhimento e Redução de Danos. Nos encontros

observados foi contabilizado a presença de uma média de 25 pessoas, podendo ser mais ou menos dependendo do encontro.

3.3. Procedimentos.

Para atingir os objetivos apresentados anteriormente, foram feitas 8 observações participativas em uma Oficina de Redução de Danos (RD) com dinâmicas grupais coordenado pelo psicólogo local. As observações aconteciam semanalmente e tinham a duração de aproximadamente quatro horas, sendo duas horas e meia para acolhimento das pessoas que chegavam na instituição e uma hora e meia para a oficina de RD. Nos encontros em que observei foram abordados os seguintes temas: rede de apoio, racismo, rótulos criados através de uma psicologia e psiquiatria rotulante e racista, criminalização da pobreza e das pessoas que estão em situação de rua bem como a criminalização dos usuários de drogas e, por fim a conceitualização do entendimento do que é droga. A oficina também conta com um “Sarau da RD” todas as últimas quintas-feiras do mês, visando a expressão destes sujeitos. Ainda, a oficina conta com a participação de uma estudante do curso de psicologia da faculdade Estácio que também é integrante do Grupo SOS Racismo, projeto que atua na Grande Florianópolis prestando apoio jurídico e psicológico a pessoas vítimas de racismo. O projeto integra o programa de extensão dos cursos de Direito e Psicologia da Faculdade Estácio de São José, e é ligado ao núcleo de prática jurídica da instituição.

4. Resultados e discussões.

Desde as primeiras observações um ponto que ressaltou bastante foi o acolhimento que os psicólogos locais têm com os participantes da Oficina. Alguns conceitos são explicados no início das oficinas, como o que aqueles profissionais têm

como entendimento e conceitualizam como droga. A questão da criminalização da pobreza, apontadas por Figueiredo e Guerra (2016) é em diversos momentos trazida para discussão e os participantes conseguem compartilhar suas experiências. Os profissionais - tantos psicólogos quanto estagiários - atentam-se em seguir as ações estabelecidas pela Política de Redução de Danos (Ministério da Saúde, 2005) através de ações que visam a informação, educação e aconselhamento, trazendo o indivíduo como papel ativo do processo. "Nada sobre nós sem nós" - frase que apareceu durante as oficinas e acredito que seja justamente por causa do papel ativo dos sujeitos.

Questões a respeito da marginalização e interseccionalidade também são abordadas durante os encontros. Algumas mulheres apontaram o quanto é complicado ser uma mulher em situação de rua e uma pessoa que faz uso de substâncias. Essas mulheres relatam que quando "fazem uso", elas não podem "apagar" devido a questões de estupro, por exemplo. Neste momento, trazem a importância de uma rede de apoio nas ruas, alguém que vai ter o cuidado com você enquanto você não tiver condições para isso.

No que tange às questões do racismo, dois acontecimentos me chamaram a atenção: a) durante a Oficina de Redução, um dos participantes que se declara como branco disse que vê muito forte essa questão racial. Enquanto as pessoas que não estão em situação de rua veem ele como alguém que deveria ser salvo daquela situação, os outros sujeitos (negros) são vistos como perigosos e/ou como alguém que merece distanciamento. E de acordo com o seu relato durante a oficina, ele acredita que isso se dê através de questões raciais. Os outros participantes concordaram com ele e disseram que já presenciaram situações similares. b) um homem negro foi encaminhado até a instituição porque de acordo com as pessoas que o atenderam até o momento ele tinha uma fisionomia "perigosa".

A partir destes dois relatos pode-se fazer um paralelo com a literatura de Schucman (2012) exposta anteriormente neste trabalho que mostra a naturalização do preto como um sujeito pobre e o branco na mesma situação de vulnerabilidade/exclusão social é tido como tragédia e alguém que precisa ser salvo.

Este trabalho teve como objetivo identificar as possibilidades de atuação do psicólogo nos diversos contextos de trabalho dentro da Instituição, bem como reconhecer a multiplicidade de fatores relacionados a fenômenos psicológicos, integrando o conhecimento da psicologia com outras áreas de conhecimento. Neste campo, vê-se a atuação dos profissionais através do olhar de Sawaia (2000), onde a afetividade é um fenômeno ético-político e locus de reflexão crítico-epistemológica da psicologia social. Os profissionais do Instituto atuam como potencializadores de sujeitos e tentam ao máximo desfazer as relações de poder estabelecidas pela profissão de psicólogo - esta que ao ver da instituição possui um viés rotulante. Durante as observações, pude ver que esse objetivo foi contemplado no momento em o psicólogo se diz potencializado pelos encontros que estavam acontecendo no local. O profissional neste momento, passa a ter uma relação mais horizontal com estes sujeitos. Uma relação onde o sujeito potencializa e é potencializado.

Além disso, alguns participantes relatam que a partir das discussões propiciadas pela instituição conseguem reformular a visão que tinham de si mesmos – estas advindas de uma psicologia e psiquiatria rotulante e racista. Através da articulação da psicologia com o direito, por exemplo, estes conseguem conhecer os seus direitos básicos como seres humanos. Por fim, outros relatam a importância do projeto para Educação de Jovens e Adultos (EJA) que acontece no local, este que através do conjunto de aulas artísticas, por exemplo, propiciam formas de expressão para esses sujeitos. Dito isso, este trabalho através do que foi apontado até então, afirma a importância do fortalecimento das lutas

antirracistas e antimanicomiais no país frente a um cenário de implementação de políticas excludentes.

5. Considerações finais.

Através das observações evidenciou-se que há integração da psicologia com o a área de conhecimento do Direito para abordar questões relacionadas a preconceitos raciais. A instituição tem parceria com o SOS Racismo, projeto que atua na Grande Florianópolis prestando apoio jurídico e psicológico a pessoas vítimas de racismo. Além disso, alguns participantes relatam que a partir das discussões propiciadas pela instituição conseguem reformular a visão que tinham de si mesmos – estas advindas de uma psicologia e psiquiatria rotulante e racista. Através da articulação da psicologia com o direito, por exemplo, estes conseguem conhecer os seus direitos básicos como seres humanos. Por fim, outros relatam a importância do projeto para Educação de Jovens e Adultos (EJA) que acontece no local, este que através do conjunto de aulas artísticas, por exemplo, propiciam formas de expressão para esses sujeitos.

Ainda constatei que, do mesmo jeito quando o sujeito branco toma conhecimento de sua branquitude e, em alguns casos decide tomar atitudes antirracistas no seu cotidiano (Schucman, 2012), o psicólogo ao reconhecer seu lugar de poder e o discurso historicamente rotulador e funcional da psicologia, também consegue construir uma relação mais horizontal onde o usuário passa a ser o agente ativo do seu processo.

Constatei que quando isso acontece tanto os sujeitos quanto os psicólogos são potencializados pelo processo. Entendo através desse trabalho a importância e os benefícios presentes na utilização da Política de Redução de Danos que recentemente foi substituída por uma política que visa a abstinência criando uma atuação passiva na relação dos usuários com sua (s) droga (s) de preferência. No que tange, os relatos dos

participantes e usuários do instituto, percebe-se a presença forte de violências raciais advinda tanto da população quanto de policiais. O branco é visto como aquele que é digno de ser salvo enquanto a população negra é vista como aquela que está exatamente no lugar onde deveria estar – marginalizadas e na rua.

Por fim, através deste trabalho foi possível verificar a importância das Políticas de Redução de Danos - recentemente substituída por políticas que visam a abstinência - bem como a importância da inclusão de sujeitos que fazem uso de alguma substância na sociedade e não a exclusão, frente a um cenário político nacional que valoriza a implantação de Comunidades Terapêuticas - estas que afastam os sujeitos de suas famílias e da comunidade em que estão inseridos. Ainda, evidencia-se o privilégio resultante de uma sociedade com uma hegemonia branca, onde brancos fazem uso de substâncias, "podem" estar em situação de rua e ainda assim seguir suas vidas sem serem violentados e marginalizados pela polícia e/ou pela própria sociedade. Os brancos precisam ser salvos dessa realidade. Diante disso, vê-se a necessidade de uma reflexão crítica sobre quem seriam os sujeitos mais prejudicados diante do incentivo a políticas excludentes, bem como políticas que visem a interseccionalidade. Ainda, destaco a importância do trabalho realizado pela instituição na emancipação dos sujeitos que ali frequentam.

5. Referências.

Gomes, Thaísa Borges, & Vecchia, Marcelo Dalla. (2018). Estratégias de redução de danos no uso prejudicial de álcool e outras drogas: revisão de literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(7), 2327-2338. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018237.21152016>.

Crenshaw, Kimberlé W. (1989), “Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. *University of Chicago Legal Forum*, pp. 139-167.

Ministério da Saúde. Maio, 2017. Visto em 16 de maio de 2019 em:
<http://portalms.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude/principios-do-sus>.

Ministério da Saúde. Março, 2010. Visto em 16 de maio de 2019 em:
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/201_clinica_ampliada.html.

Ministério da Saúde . Portaria Nº 1.028, de 1º de julho de 2005. Visto em 16 de maio de 2019, em:
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1028_01_07_2005.html.

Nery, Maria da Penha, & Costa, Liana Fortunato. (2008). A pesquisa em psicologia clínica: do indivíduo ao grupo. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25(2), 241-250.

Sawaia, B. B. Por que investigo a afetividade? Texto apresentado para concurso a categoria de Professor Titular do Departamento de Sociologia da PUCSP. 2000.

Schucman, L. V. (2012). *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Zimerman, D. (2000). Fundamentos básicos das grupoterapias. Porto Alegre: Artmed. Reimpressão 2010.

Crenshaw, Kimberlé W. (1989), "Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". University of Chicago Legal Forum, pp. 139-167.